



# A Dimensão Estratégica do Desenvolvimento

Esther Bemerguy de Albuquerque

Brasília, Setembro de 2014

SPI / MP

# PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO



## DIMENSÕES

ECONÔMICO

SOCIAL

AMBIENTAL

TERRITORIAL

POLÍTICO/  
INSTITUCIONAL

## POLÍTICAS

- ✦ Controle da inflação;
- ✦ Solidez fiscal;
- ✦ Juros e Crédito;
- ✦ [Bancos Públicos](#)
- ✦ [Inv. na Capacidade Instalada \(Energia\)](#)
- ✦ [Programa de concessões \(ex. BR 163, Aeroportos, Energia\)](#)
- ✦ [Programa Minha Casa, Minha Vida;](#)
- ✦ [PAC](#)
- ✦ PIL
- ✦ Plano Safra
- ✦ Brasil Maior
- ✦ RGPS
- ✦ Valorização do salário mínimo;
- ✦ Formalização das relações de trabalho
- ✦ SUS e SUAS
- ✦ Mais Médicos
- ✦ UPA e UBS
- ✦ Brasil Sem Miséria (BSM)
- ✦ Ciência sem fronteiras
- ✦ PRONATEC
- ✦ PROUNI, Reuni e FIES
- ✦ PRONAF
- ✦ PPCDAM
- ✦ PNDR
- ✦ [Áreas Protegidas \(SNUC e Terras Indígenas\)](#)
- ✦ [Reestruturação do Estado \(Gov. Federal\)](#)

## RESULTADOS

Superação da  
extrema  
pobreza

Redução das  
desigualdades  
sociais e regionais

Ampliação do  
emprego e da  
massa salarial

Ampliação e qualidade  
dos bens e  
serviços públicos

Fortalecimento do  
planejamento,  
gestão e participação

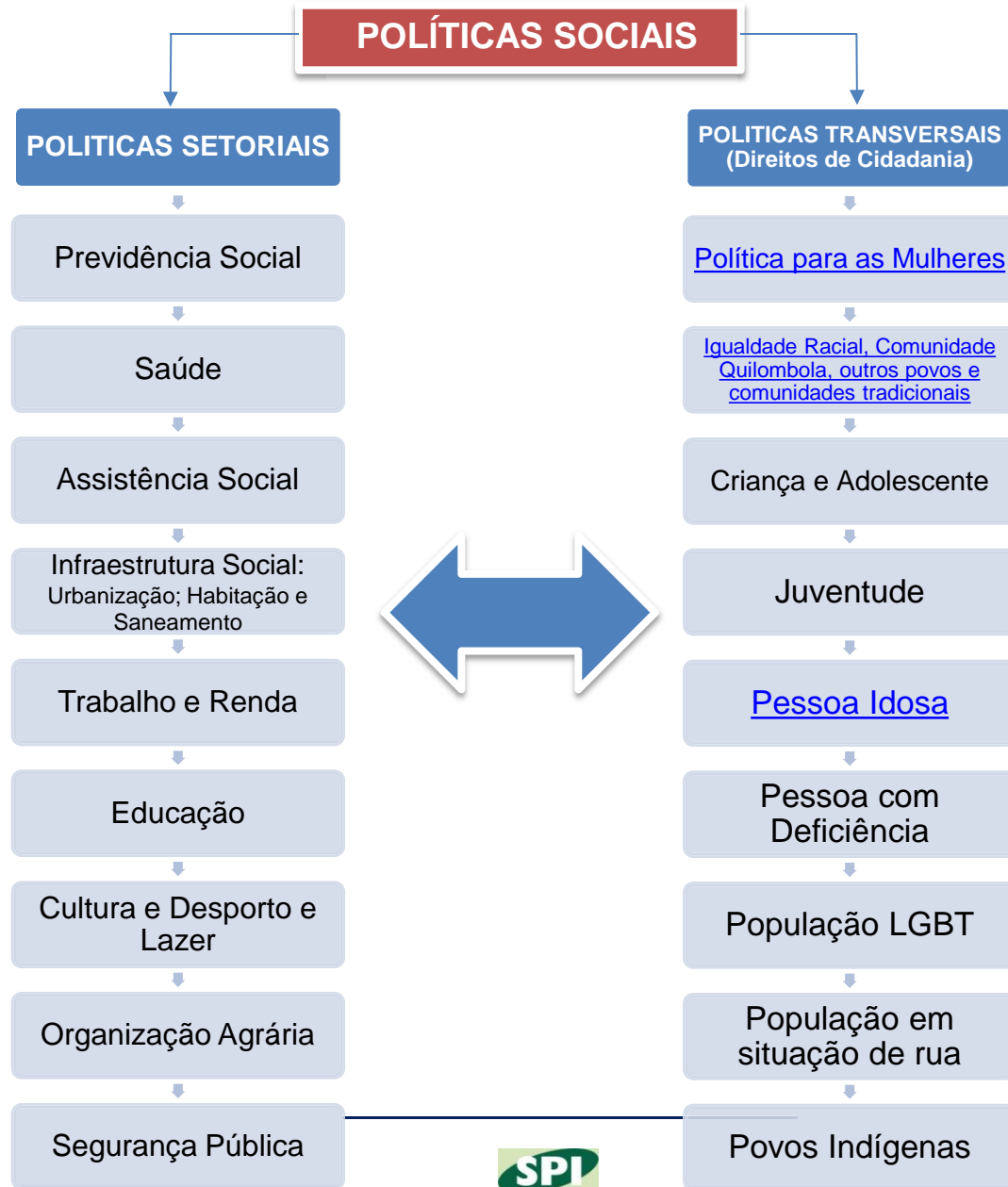
Melhoria da  
infraestrutura  
econômica e social

Aumento da  
produtividade e  
da competitividade

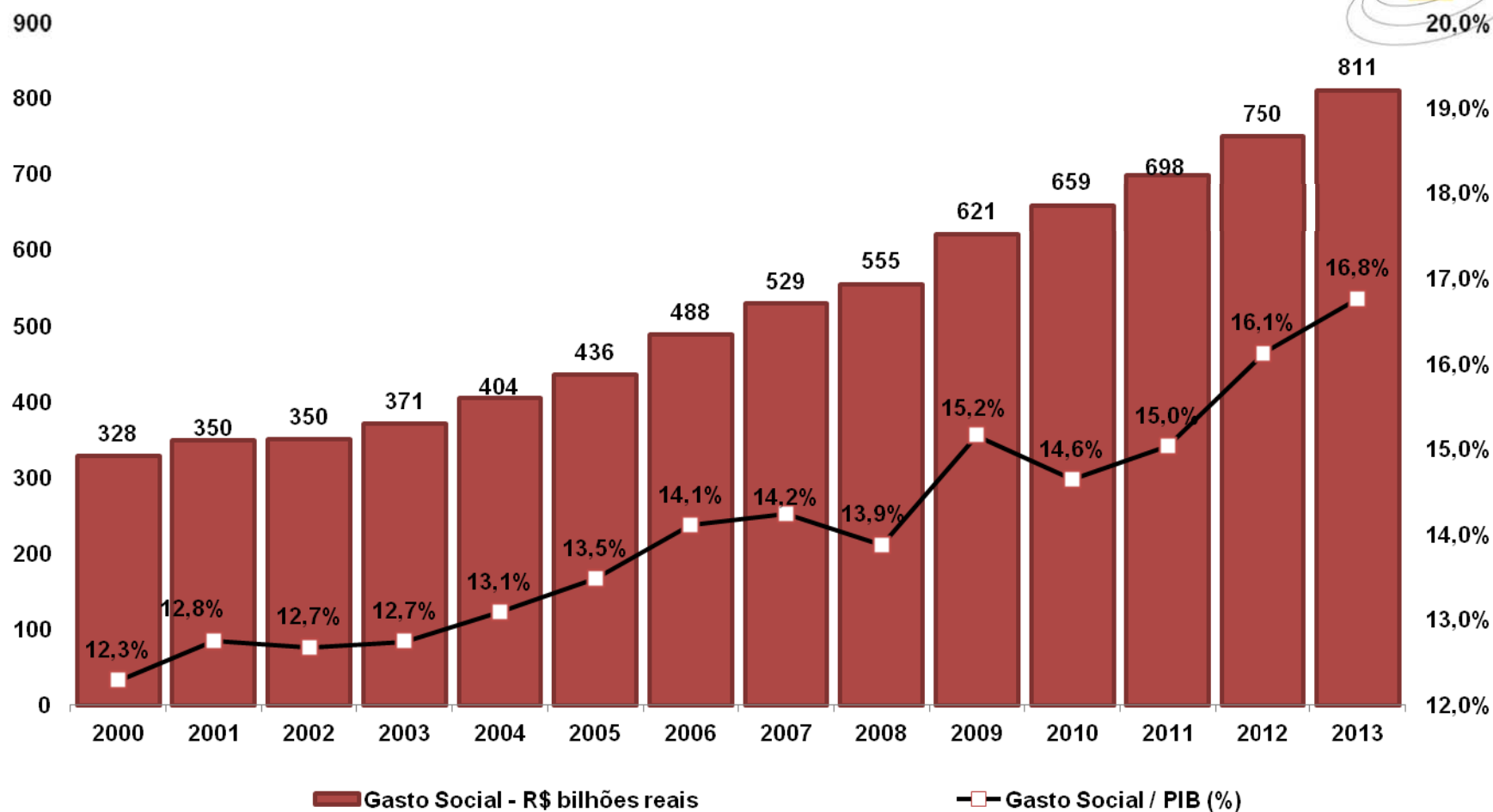
Aproveitamento  
sustentável  
da biodiversidade



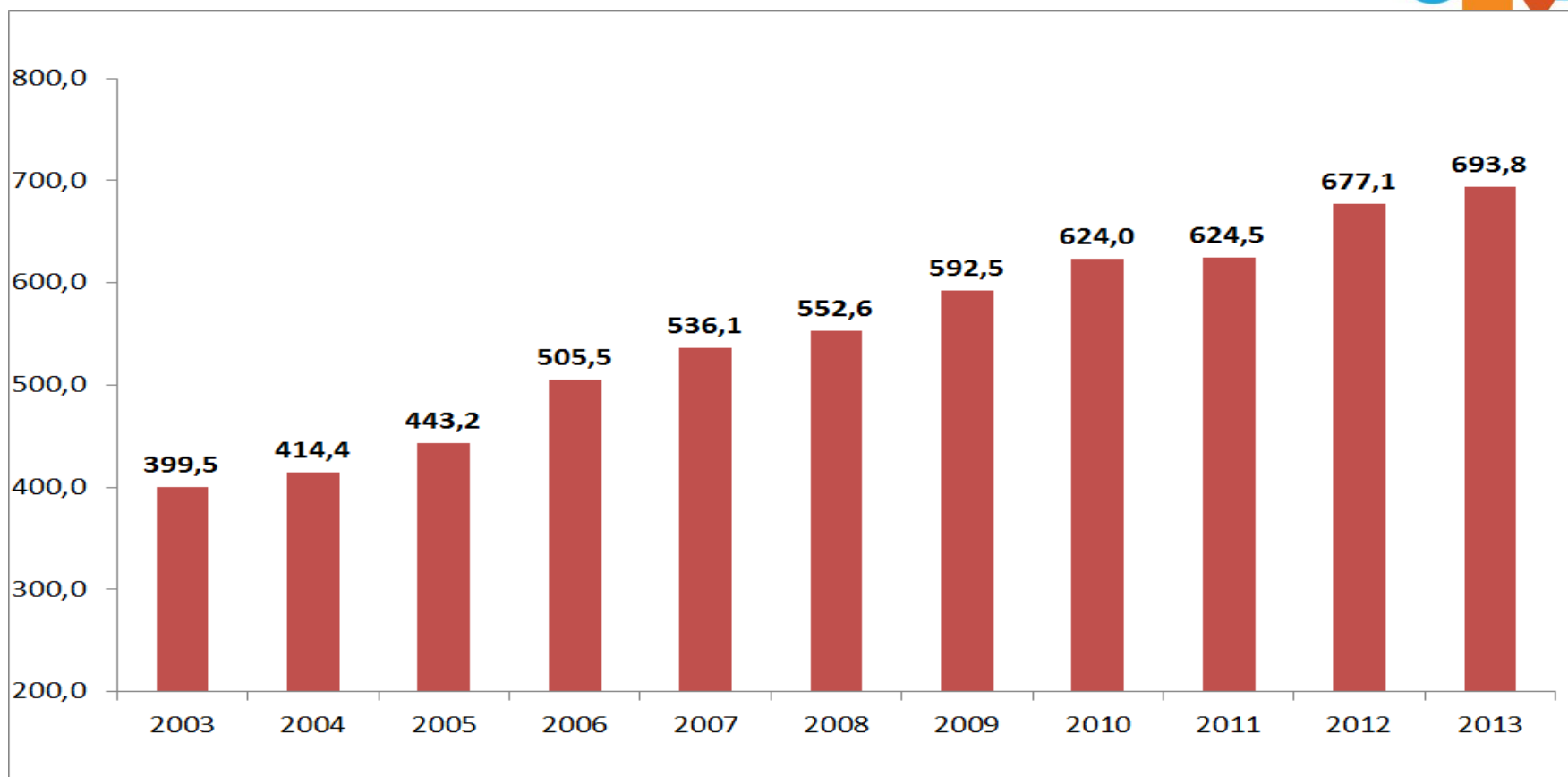
# Universalização e institucionalização dos direitos da cidadania



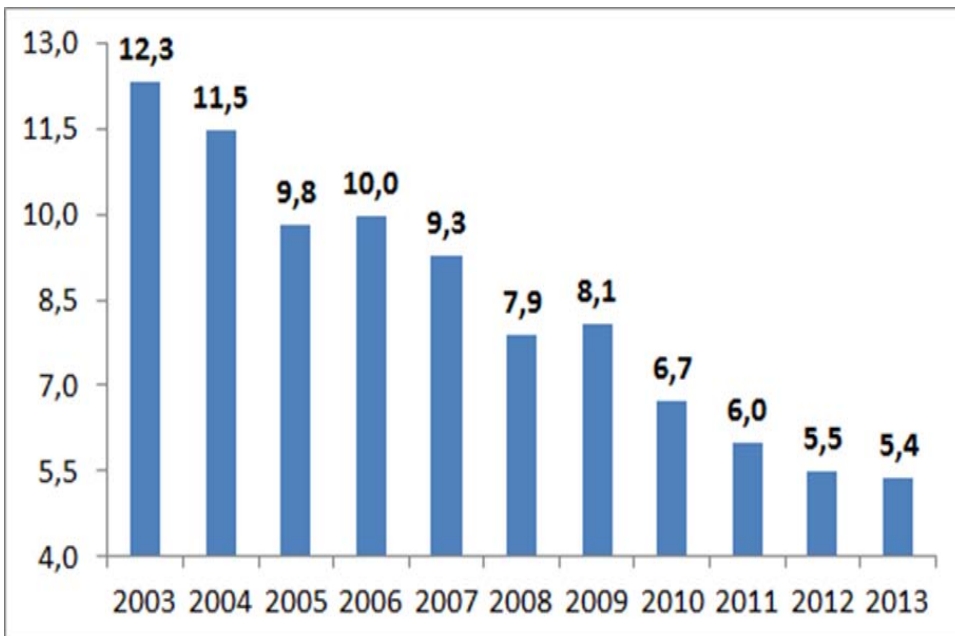
# GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS MEDIANTE A ALOCAÇÃO DO GASTO PÚBLICO NAS POLÍTICAS SOCIAIS



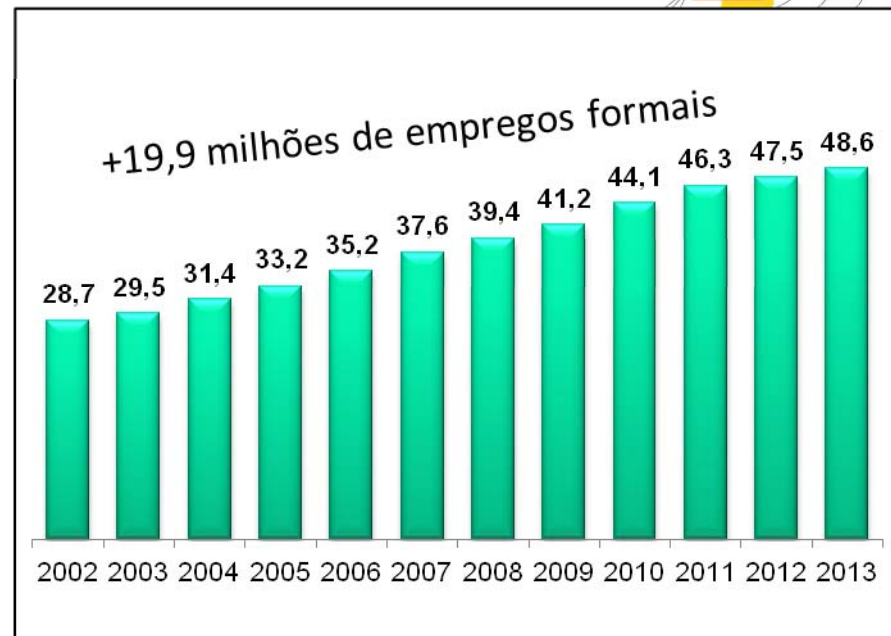
# POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO



# MENOR TAXA DE DESEMPREGO DA SÉRIE HISTÓRICA E RECORDE DE GERAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS



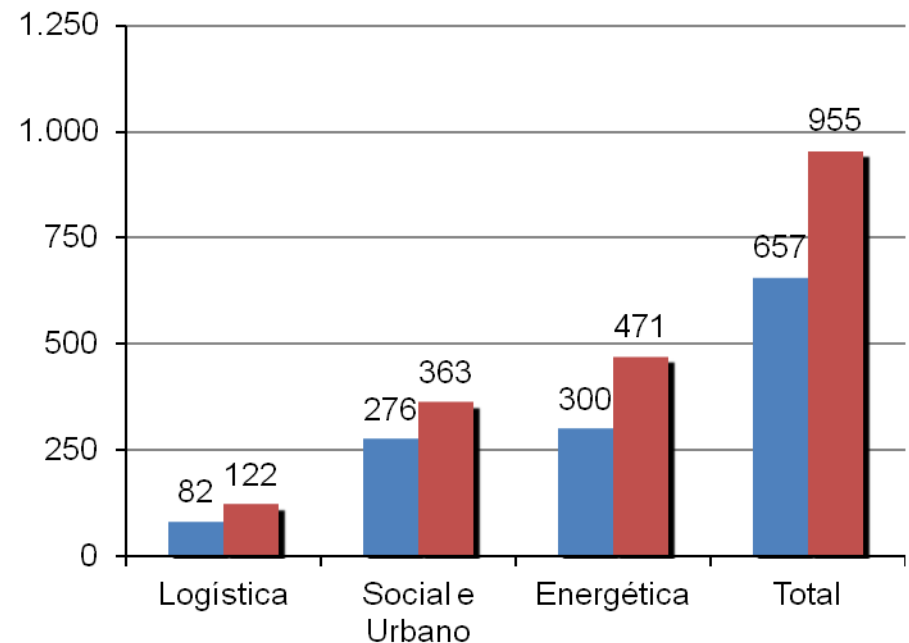
Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME.  
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



Fonte: RAIS/MTE  
Obs: Dados de 2013 obtidos do MTE/CAGED



## Investimento PAC (em R\$ bilhões)

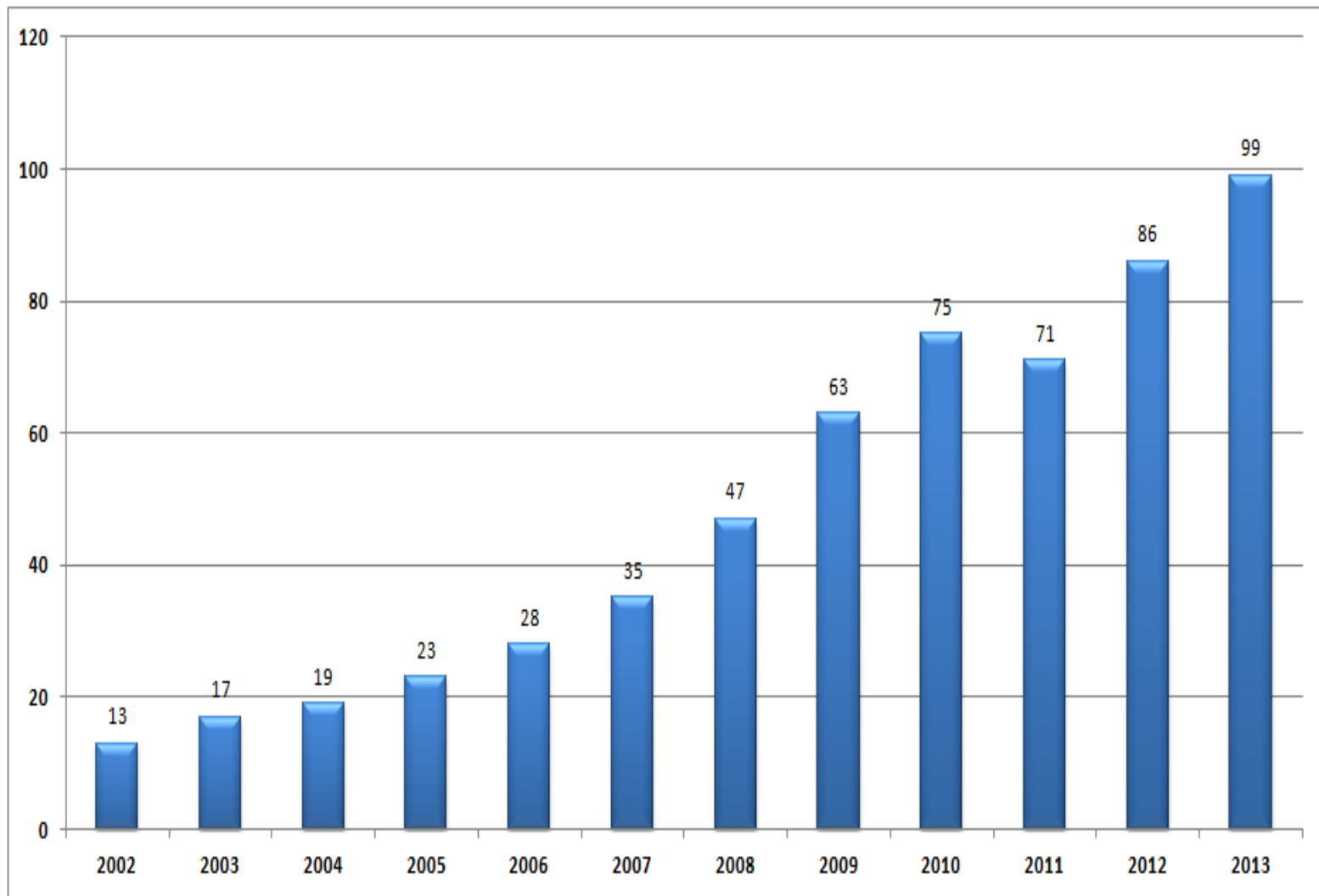


■ PAC 1 - 2007-2010  
■ PAC 2 - 2011-2014

# PAC e pré-sal alavancando investimentos da Petrobras



R\$ bilhões



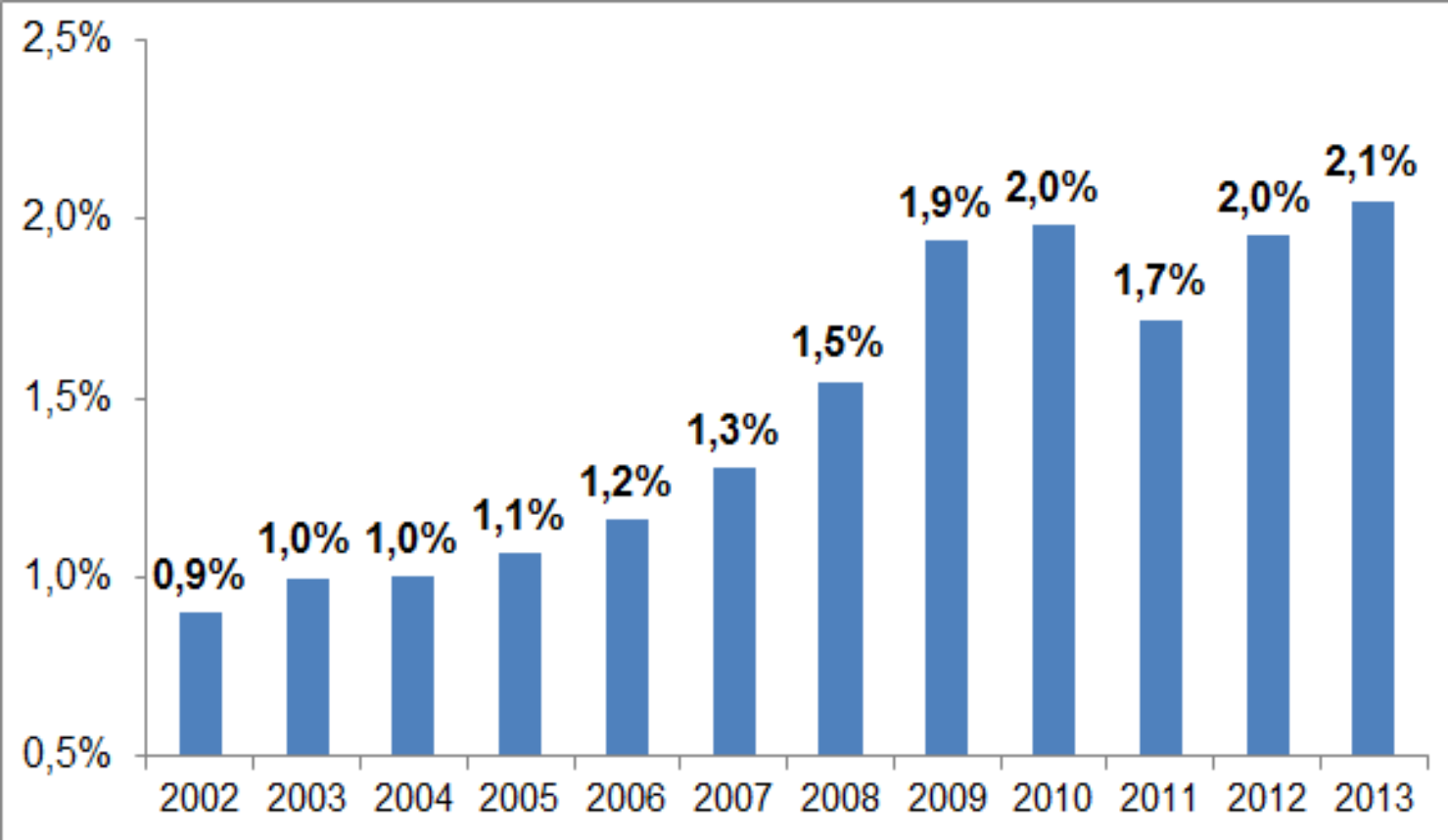
Elaboração: MP/SPI



# PAC e pré-sal alavancando investimentos da Petrobras



%PIB



Fonte: DEST

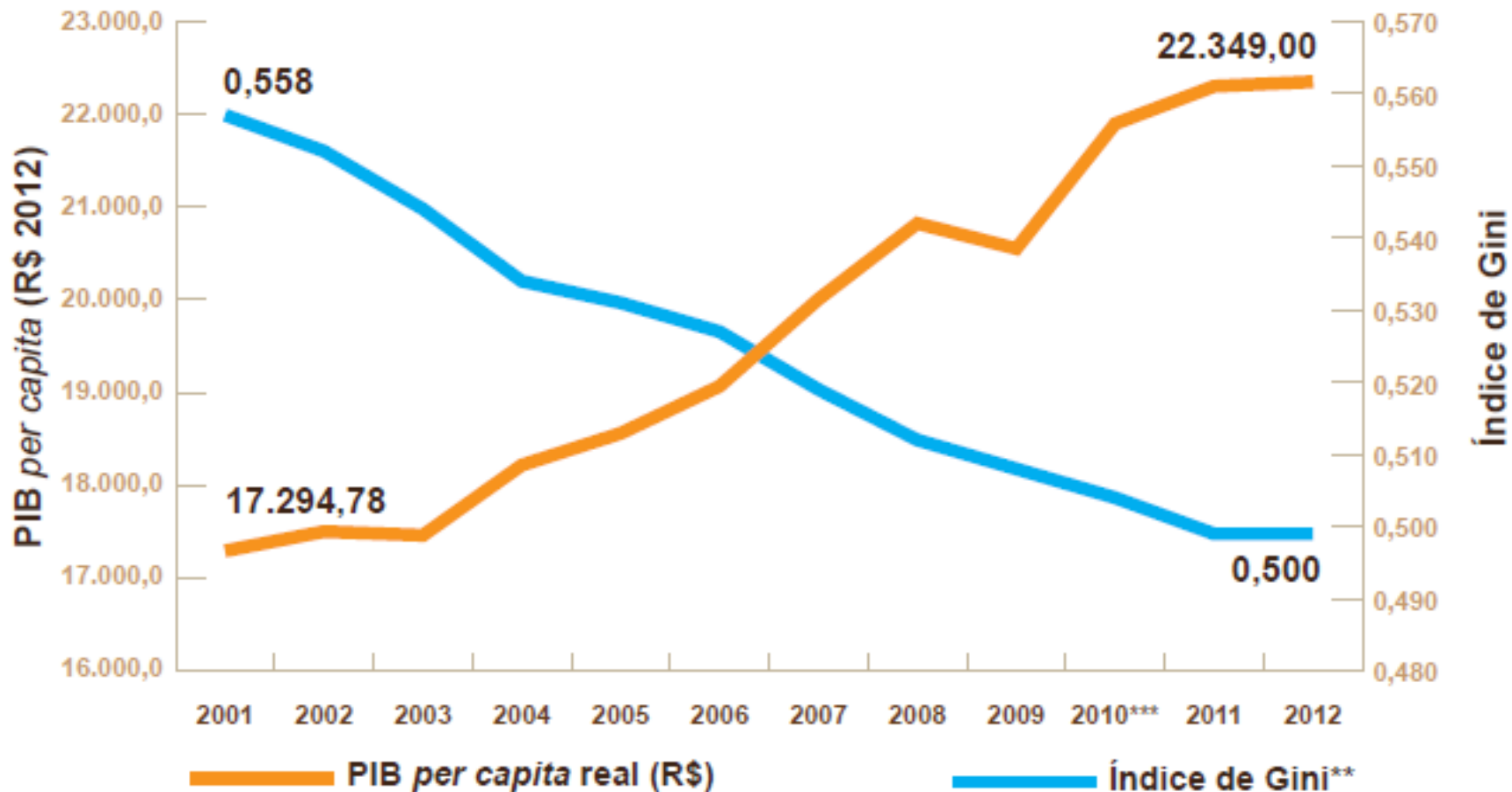
Elaboração: MP/SPI

# Crescimento acumulado do investimento supera o aumento do PIB e do consumo após a criação do PAC



Ano	PIB	Consumo das Famílias	Formação Bruta de Capital Fixo
2007	6,1	6,1	13,9
2008	5,2	5,7	13,6
2009	-0,3	4,4	-6,7
2010	7,5	6,9	21,3
2011	2,7	4,1	4,7
2012	1,0	3,2	-4,0
2013	2,3	2,3	6,3
<b>Varição Acumulada 2007-2013</b>	<b>27,0</b>	<b>37,6</b>	<b>56,4</b>

# AUMENTO DA RENDA PER CAPITA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS



\* PIB per capita real (preços R\$ de 2012)

\*\* Rendimento mensal domiciliar

\*\*\* PNAD não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo Demográfico

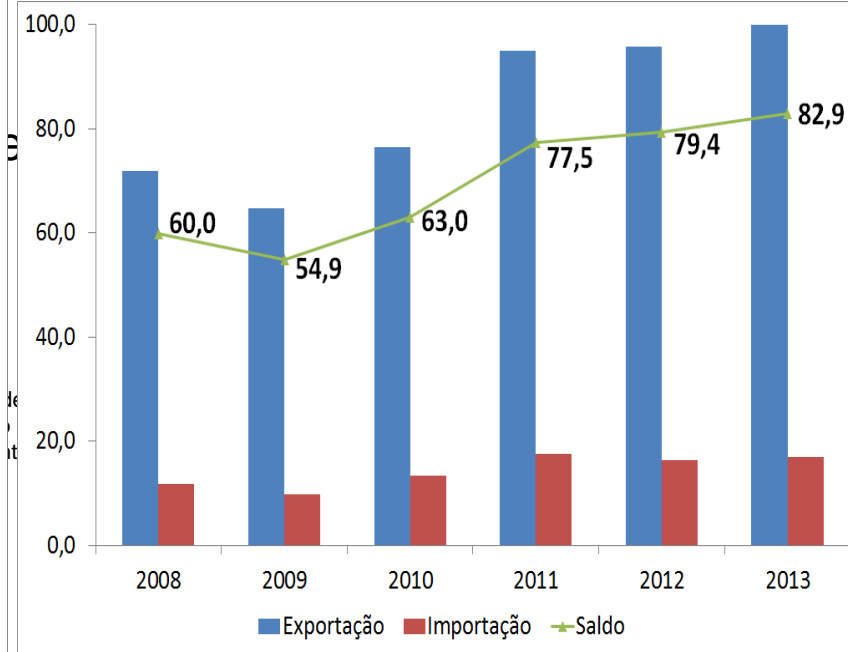
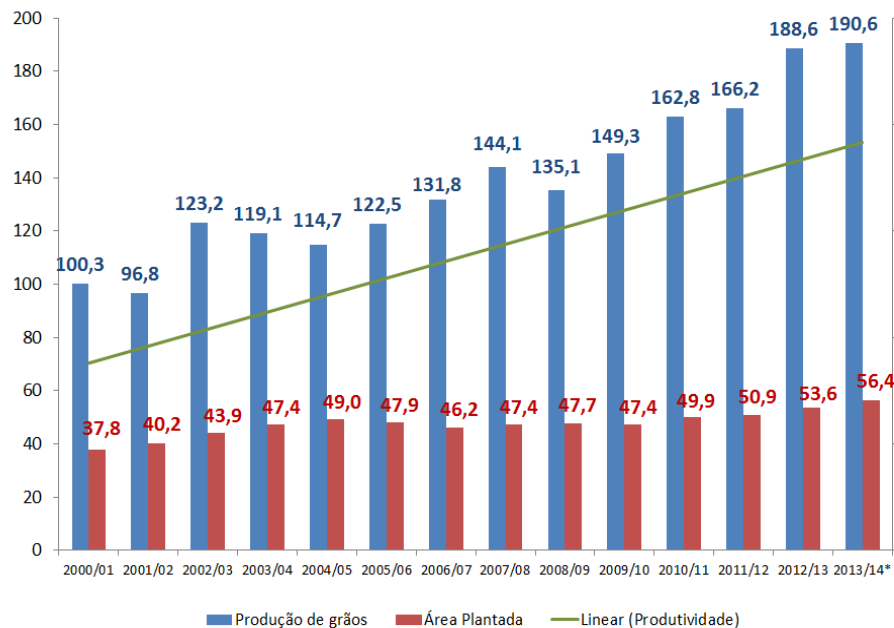
Fonte: PNAD/IBGE e Contas Nacionais/IBGE

Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

# Agricultura de alta produtividade



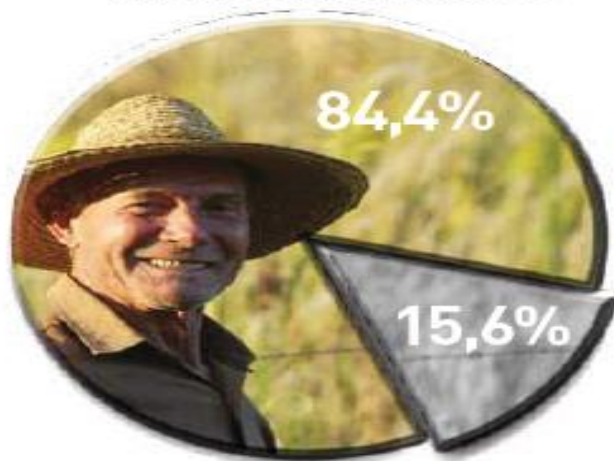
## Balança comercial Superavitária (US\$ bilhões)



# AGRICULTURA FAMILIAR GARANTE 70% DA MESA DOS BRASILEIROS



**Total de estabelecimentos**



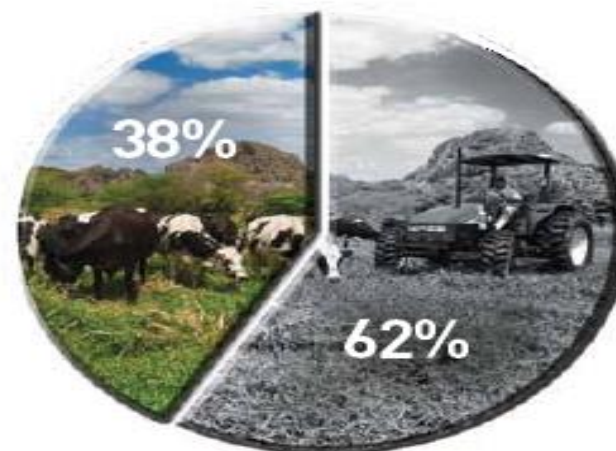
**Área total**



**Pessoal ocupado**

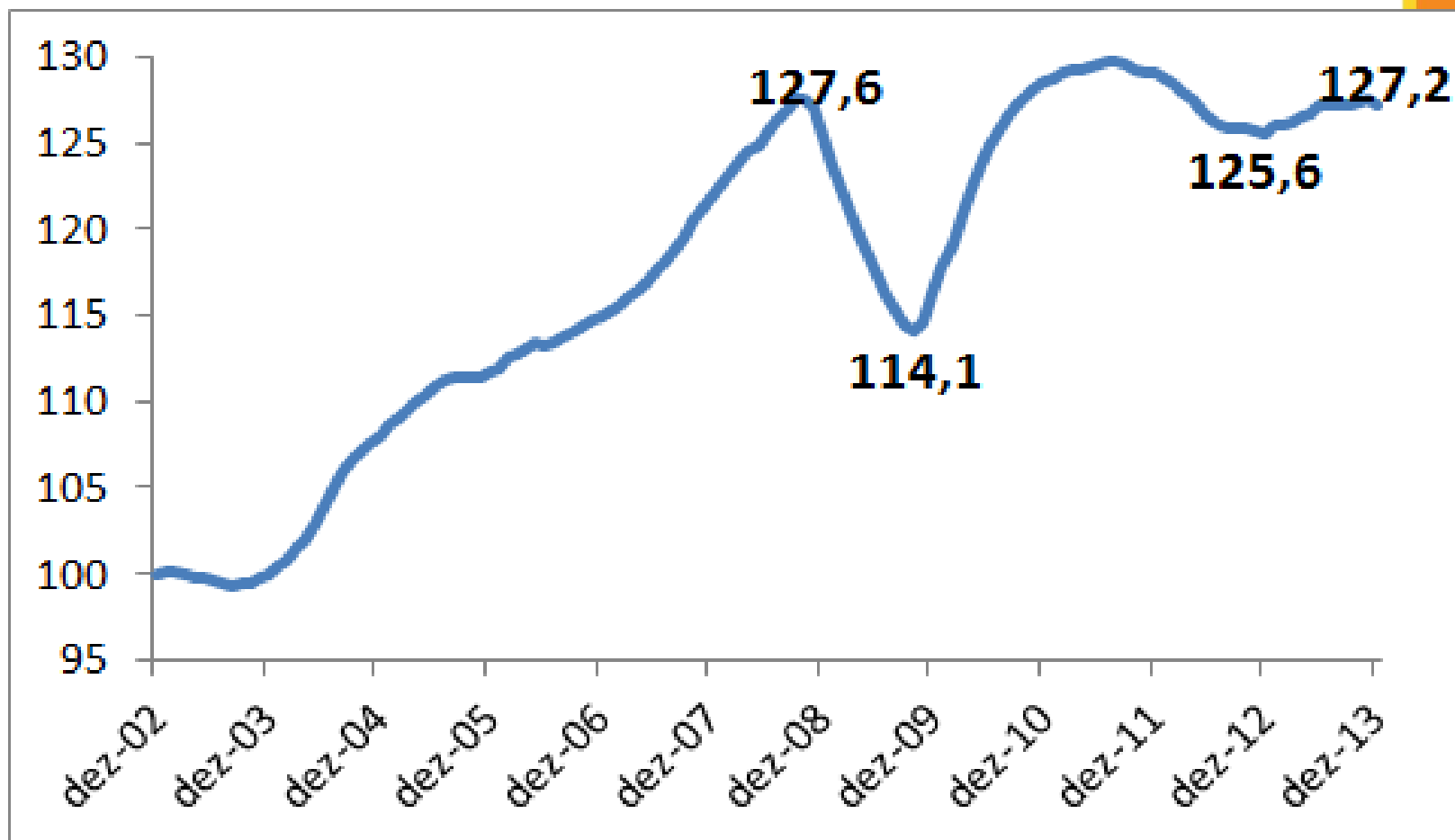
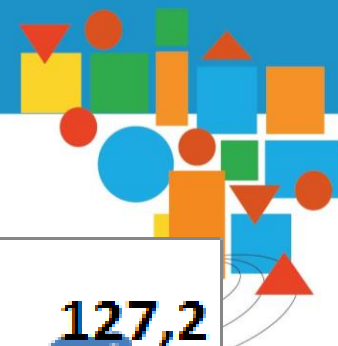


**Valor bruto da produção**

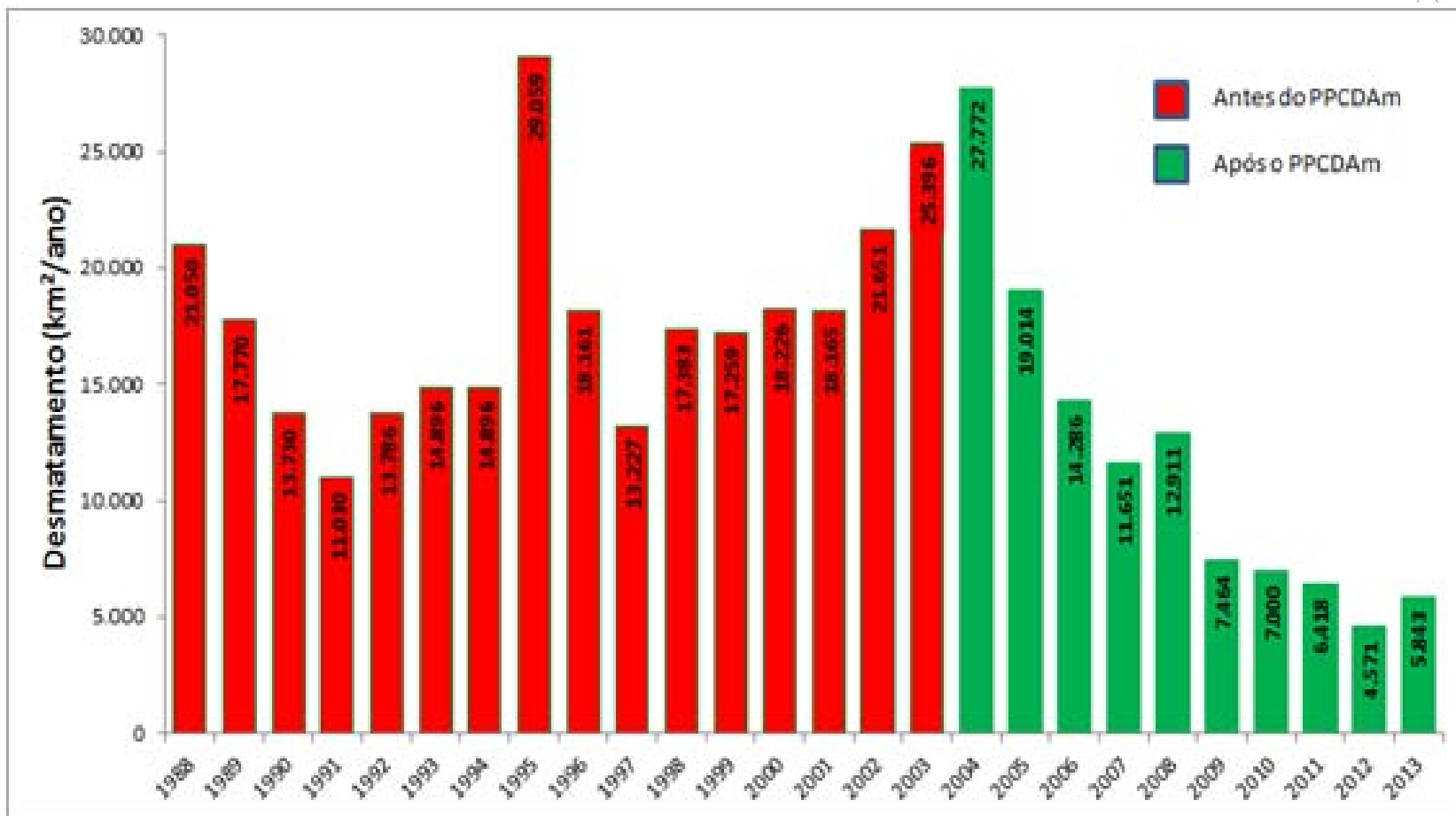


○ Agricultura Familiar  
● Não Agricultura Familiar

Fonte: IBGE



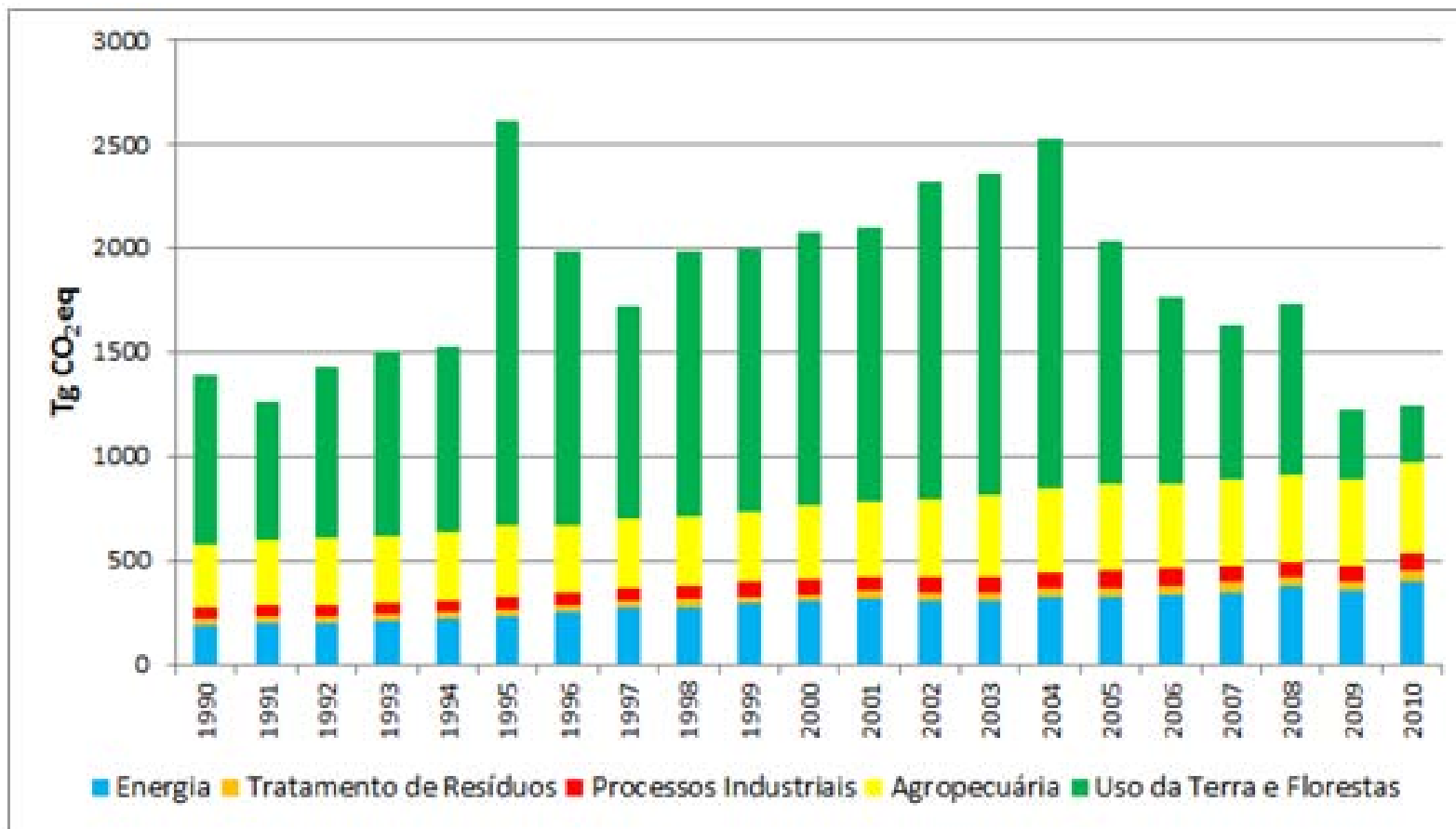
# Sustentabilidade Ambiental



# Sustentabilidade Ambiental



Redução das emissões brasileiras de gases efeito estufa (em CO2 equivalente)





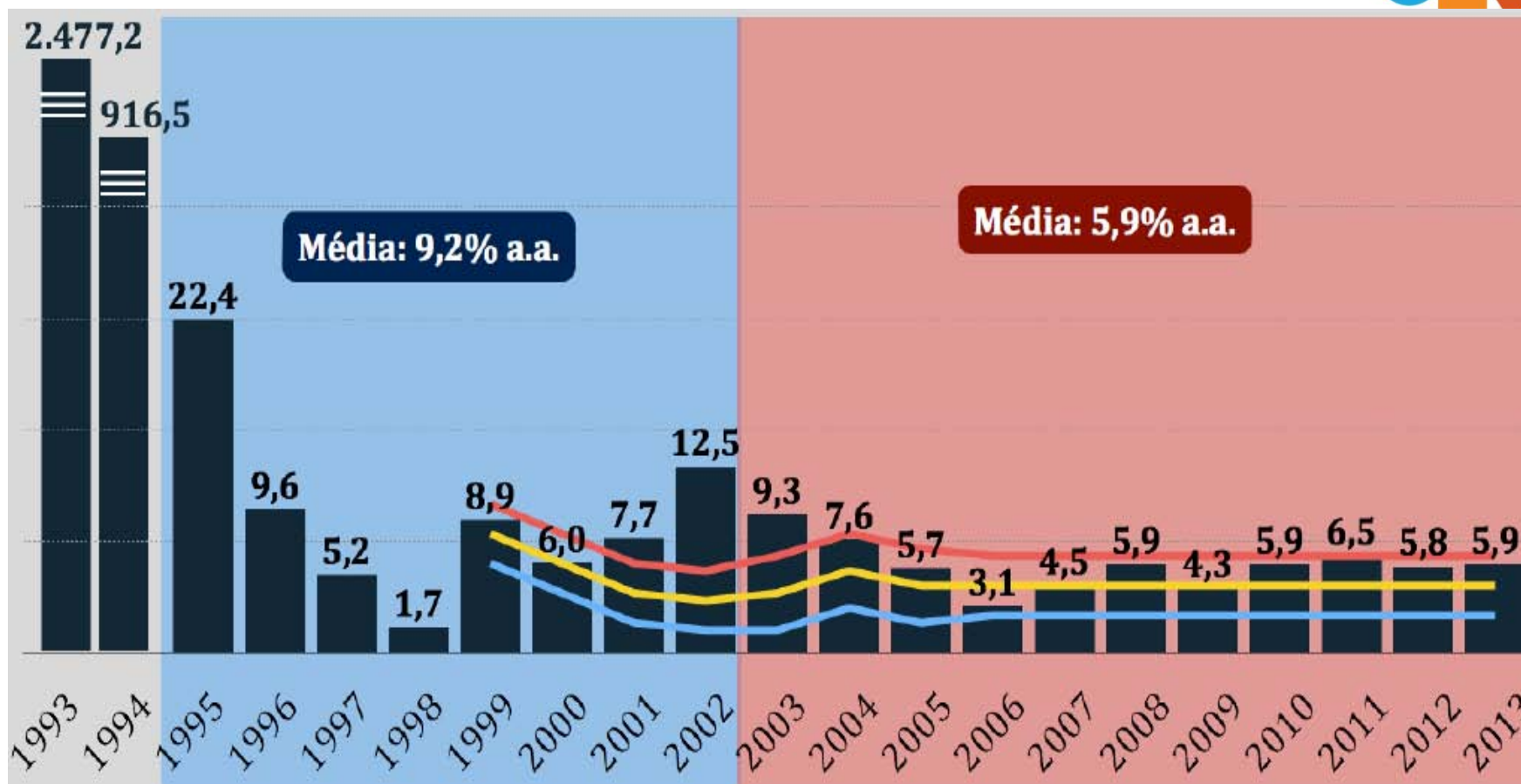
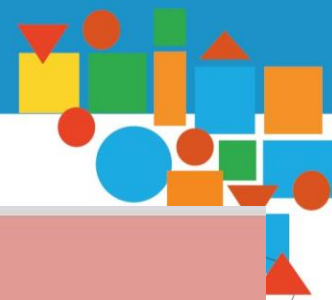


**UNASUL, CELAC E BRICS:  
NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO: U\$100 BILHÕES  
ARRANJO CONTINGENTE DE RESERVAS U\$100 BILHÕES**

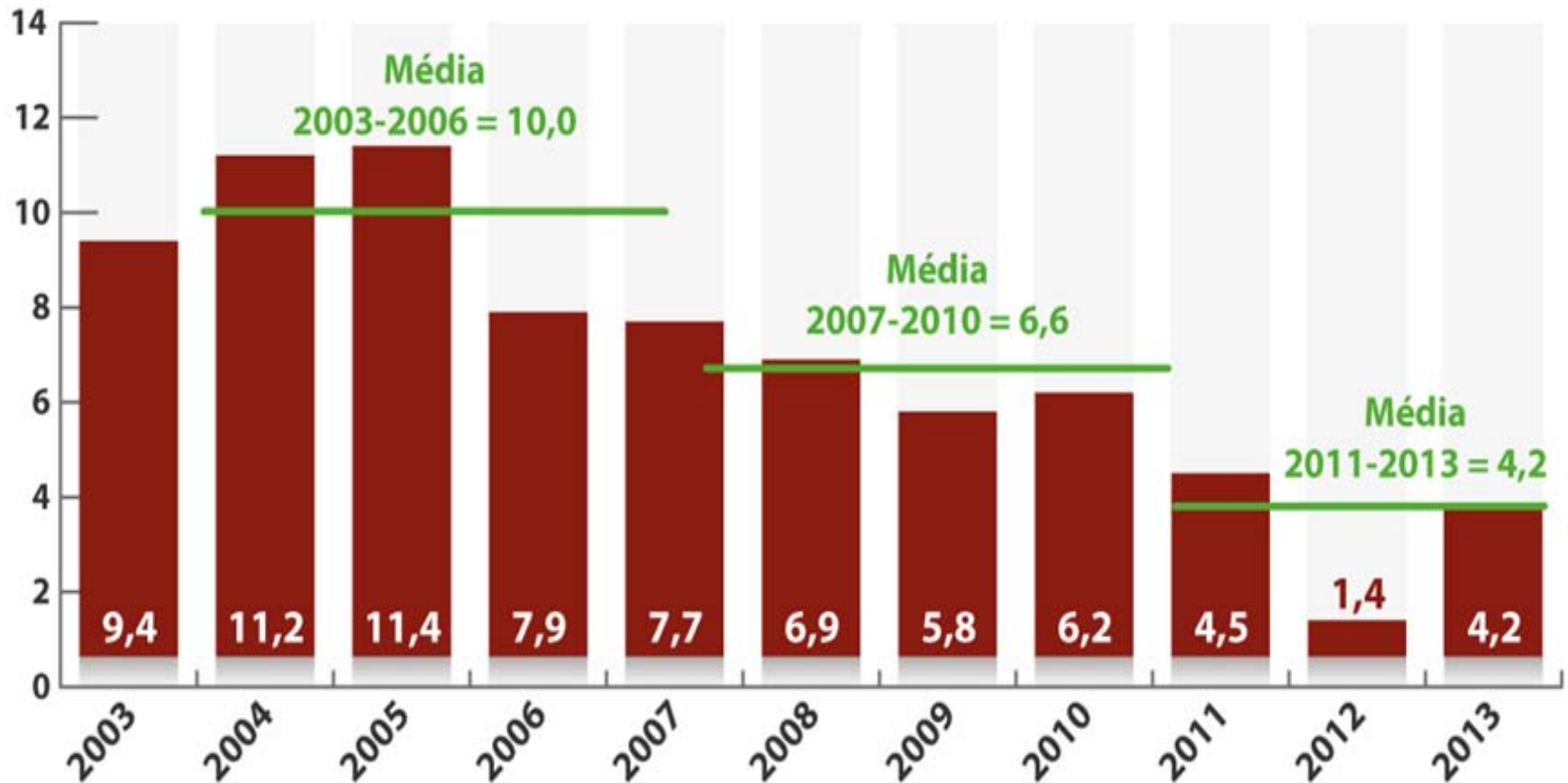


# VARIÁVEIS MACROECONOMICAS

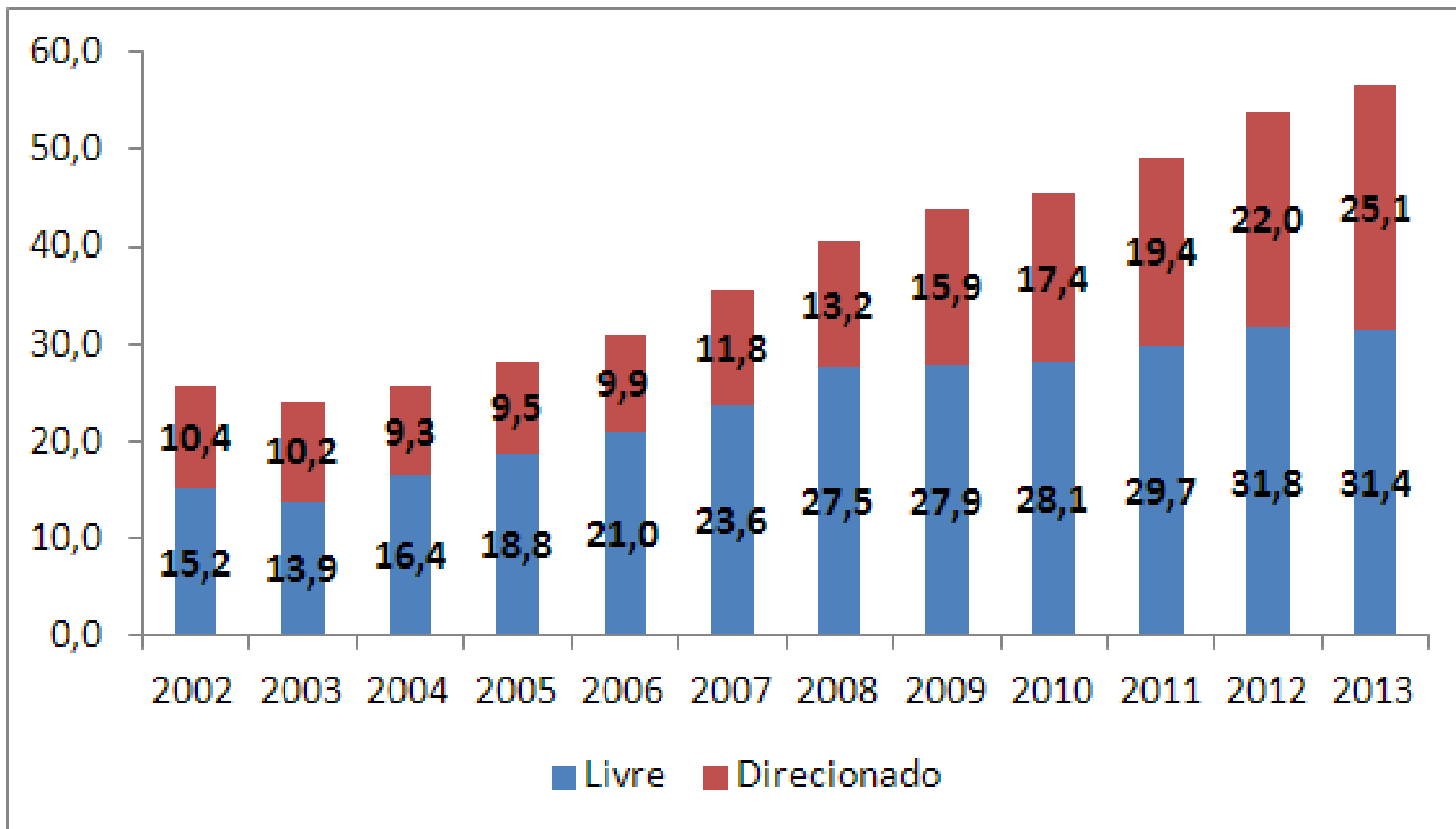
# INFLAÇÃO DENTRO DO INTERVALO DA META



# MÉDIA DA TAXA REAL DE JUROS É A MAIS BAIXA DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS (%A.A)



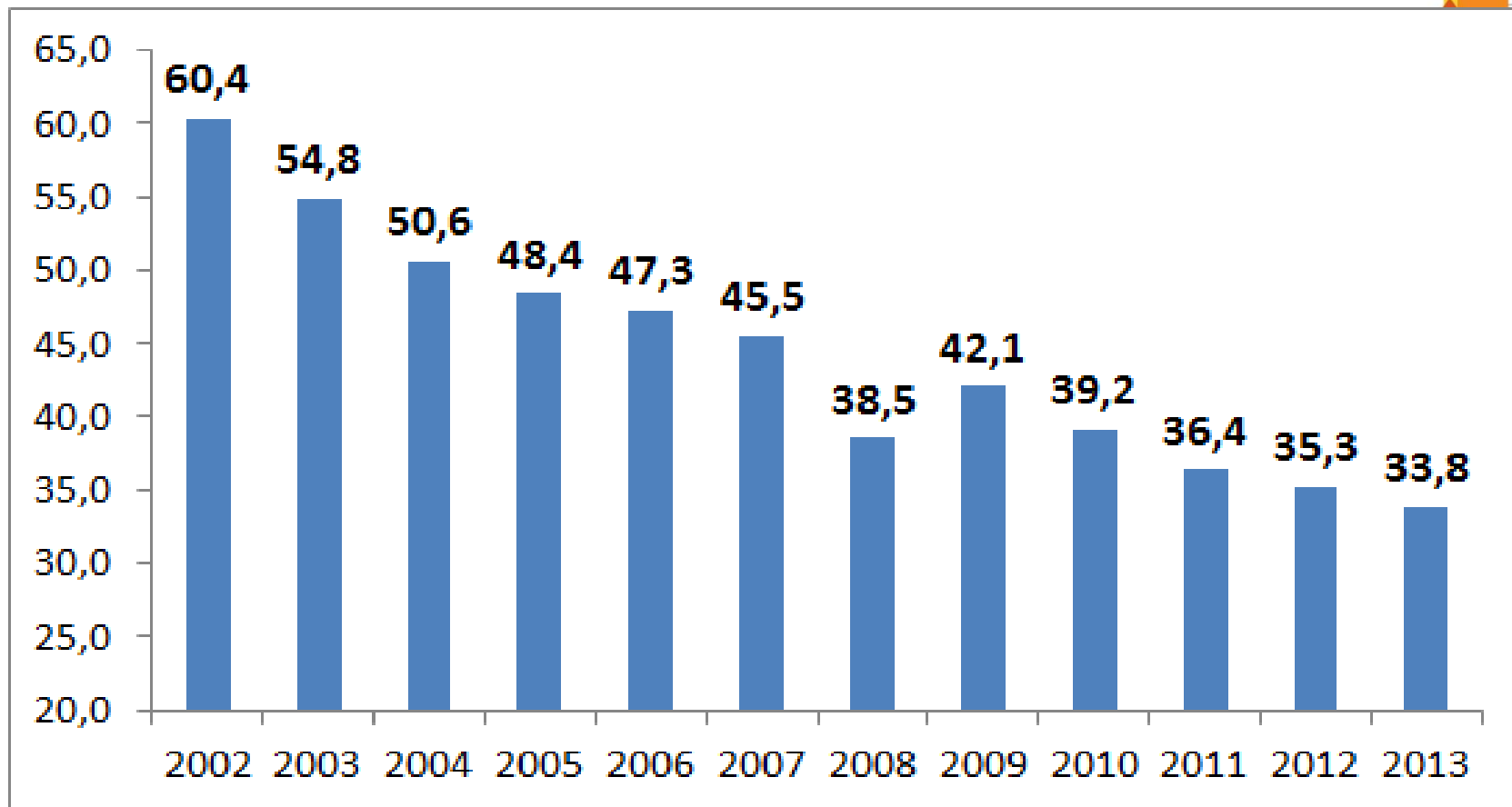
# EXPANSÃO CONTÍNUA DO CRÉDITO



Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

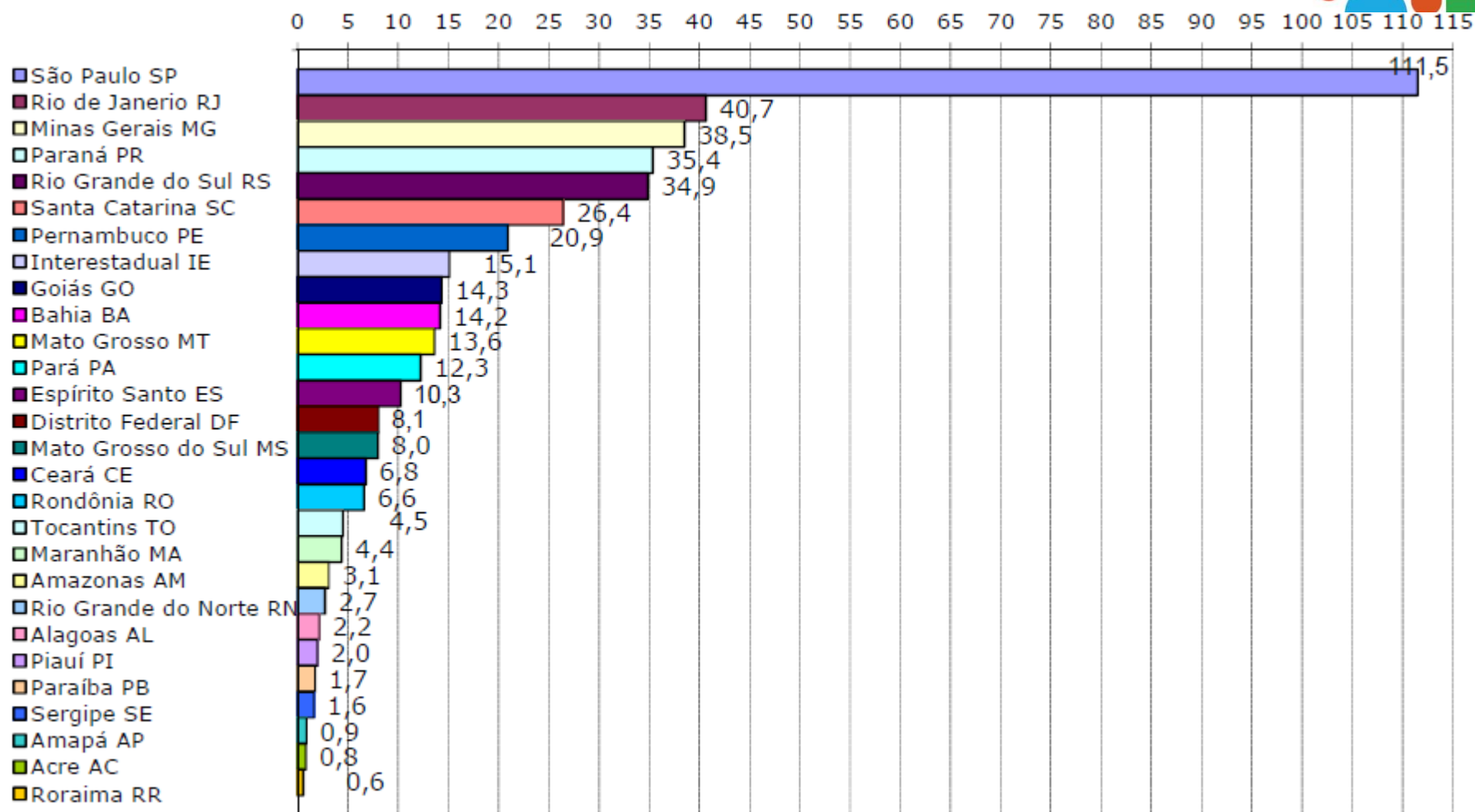
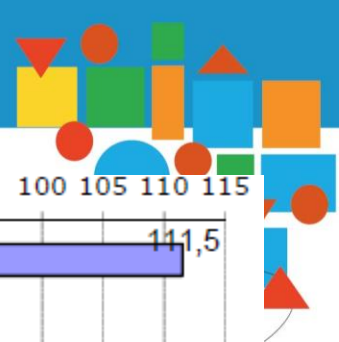
# REDUÇÃO SUSTENTADA DA RELAÇÃO DÍVIDA PIB



Fonte: Banco Central do Brasil.

Elaboração: Ministério da Fazenda.

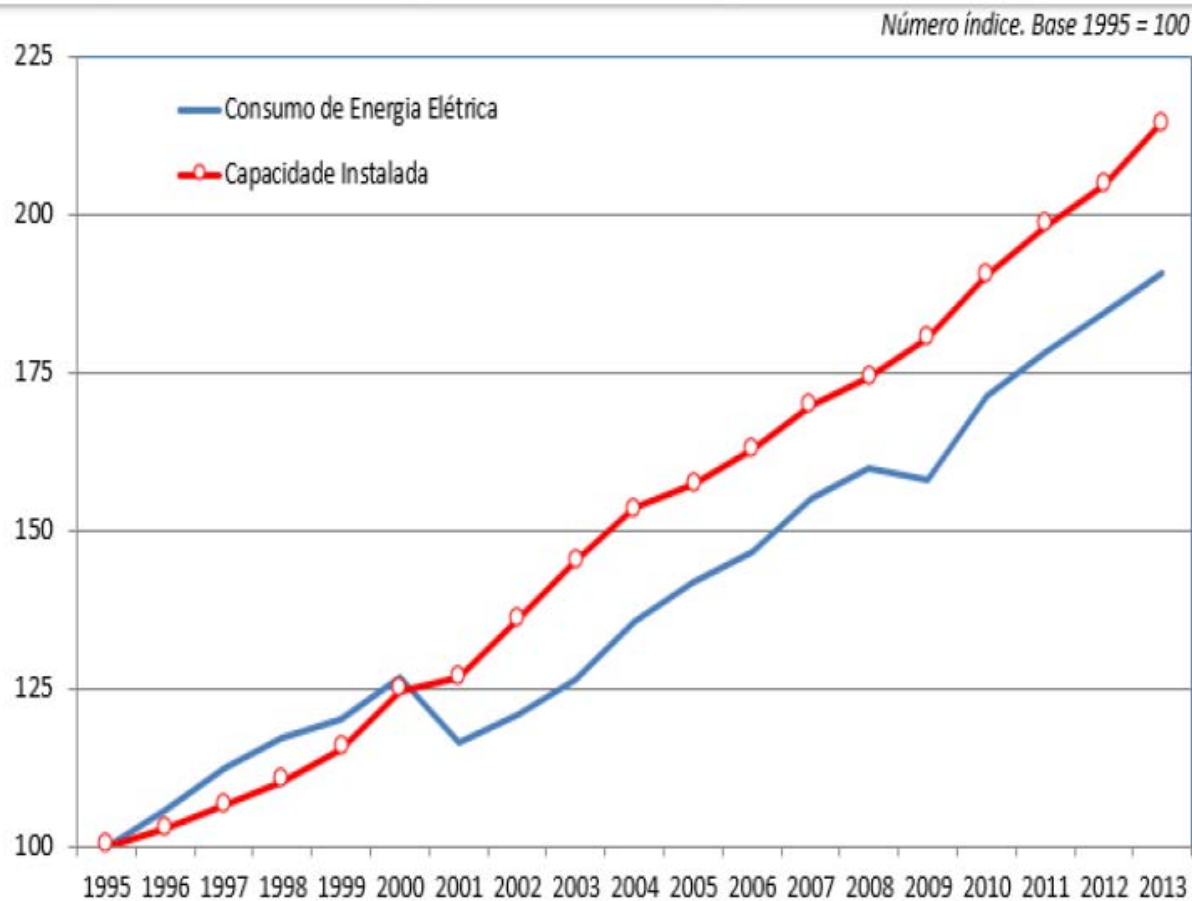
# Financiamentos do BNDES (2013) com recursos do Tesouro Nacional por unidade da Federação



# Investimento em Infraestrutura Capacidade Instalada de Energia



## Evolução do Consumo e da Capacidade Instalada de Energia Elétrica



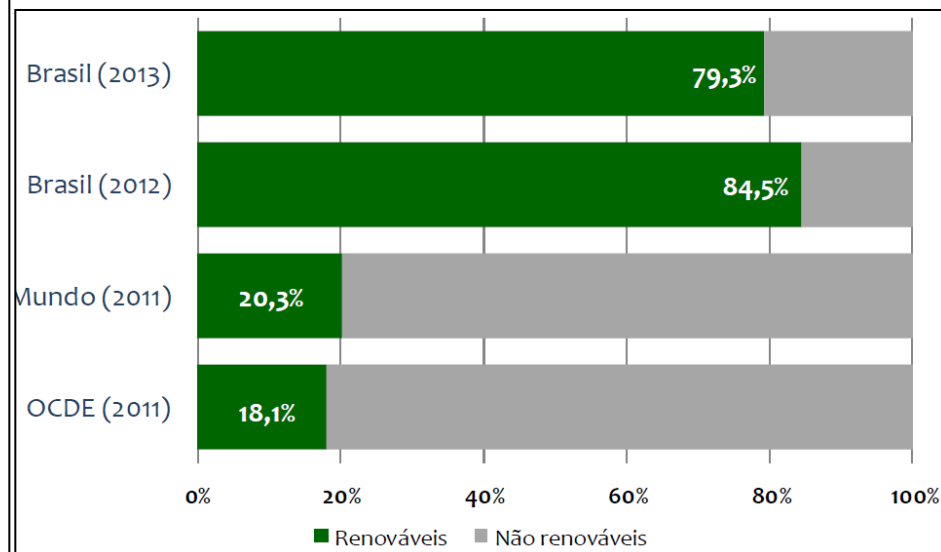
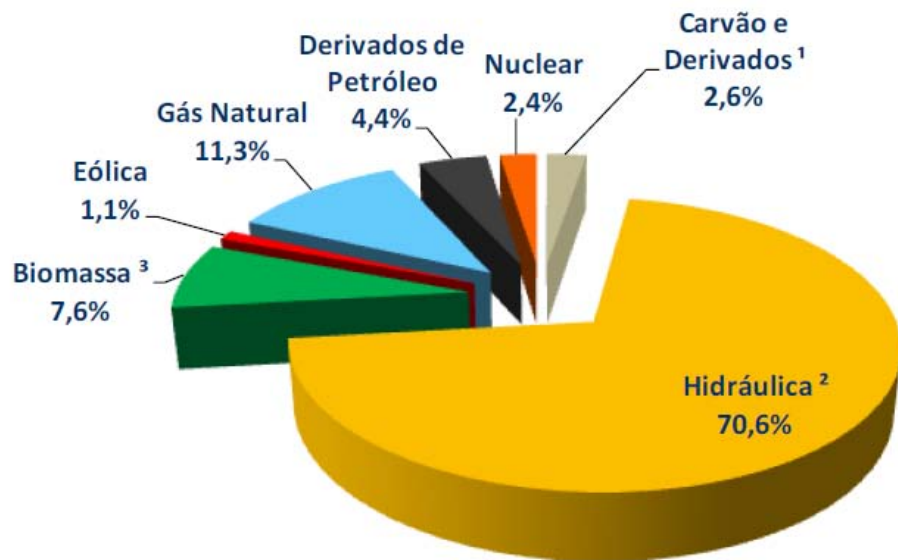
Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)



# Composição da Matriz Energética (2013)



## BRASIL (2013)



<sup>1</sup> Inclui gás de coqueria

<sup>2</sup> Inclui importação

<sup>3</sup> Inclui lenha, bagaço de cana, lixo e outras recuperações.

# Investimento em Infraestrutura de Energia – Energia Eólica



Em cumprimento à  
Lei Eleitoral  
Nº 9.504/97

## GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA

Abril  
2014



Nordeste e Sul, locais de maior incidência de ventos no território brasileiro, foram as regiões escolhidas para a construção de usinas de energia eólica pelo PAC.

O projeto irá ampliar a matriz energética limpa e renovável do país.

5,725 MW

Energia gerada por todas as usinas eólicas do PAC 2



Será suficiente para abastecer uma cidade com população de 5,7 milhões de habitantes

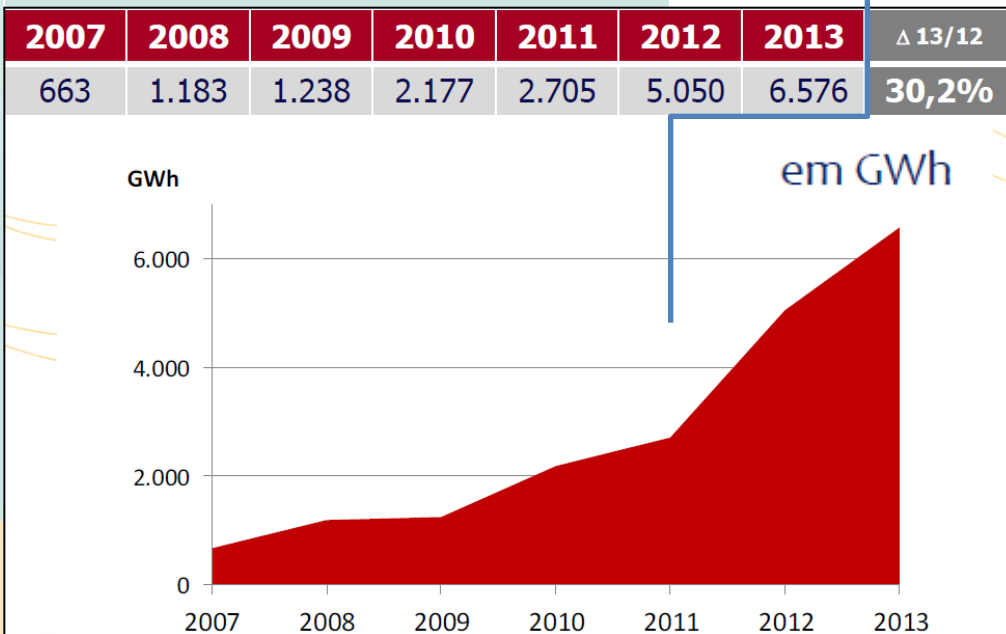
R\$ 23 bilhões  
Investimento  
no projeto



138.000  
Empregos  
diretos gerados



Evolução da Geração Eólica no Brasil



Total a ser entregue em 2015  
218 usinas eólicas



# CONCESSÕES (Calendário de Leilões – 2011/2013)



## Leilões de Infraestrutura – 2011-2013

Setores	Projeto	Investimento Estimado USD bi	Data do Leilão	Prazo de Concessão(anos)
<b>Rodovias</b>	BR -050 -GO/MG (436 km)	1,3	Set-13	30
	BR -163- MT (851 km)	2,0	Nov-13	30
	BR-060/153/162 (1,176 km)	3,1	Dez-13	30
	BR-163 –MS (847 km)	2,5	Dez-13	30
	BR-040 DF/GO/MG ( 937 km)	3,5	Dez-13	30
<b>Aeroportos</b>	Galeão –GIG (RJ)	1,9	Nov-13	25
	Guarulhos – GRU (SP)	2,0	Fev-12	20
	Brasilia – BSB (DF)	1,2	Fev-12	25
	Viracopos – VCP (SP)	3,8	Fev-12	30
	Confins – CNF (MG)	1,2	Nov-13	30
	São Gonçalo do Amarante -	0,3	Ago-11	25
<b>Elétrico</b>	<u>Geração</u> (389 projetos – 8 leilões) <b>12,894 MW</b>	20,1	2011-13	20-30
	<u>Transmissão</u> (11 leilões) <b>19,390 km</b>	7,2	2011-13	30
<b>Petróleo e Gás</b>	11ª Rodada de licitações 61,258,71 km <sup>2</sup> (120 blocos em 7 bacias)	2,5*	Mai-13	35
	12ª Rodada de licitações 47,427,6 km <sup>2</sup> (72 blocos em 5 bacias)	0,2*	Nov-13	35
	1ª Rodada de licitações (Pré-sal)	79,0	Out-13	35

Fonte: Ministério da Fazenda

\*Fase de exploração apenas

# CONCESSÕES (Calendário de Leilões)



## Leilões de Infraestrutura – 2014-2017

Setores	Projeto	Investimento Estimado USD bi	Data do Leilão	Prazo de Concessão (anos)
Rodovias	BR -116 -MG (817 km)	1,6	2014	30
	BR -101- BA (772 km)	1,6	2014	30
	BR-153 – TO/GO (325 km)	2,4	2014	30
	BR-262 ES/MG (376 km)	0,7	2014	30
	BR -163/230 MT/PA (976 Km)	-	2014	30
	BR- 364/060 MT/GO (703,7 Km)	-	2014	30
	BR – 364 GO/MG (439,2 Km)	-	2014	30
	Rodovias*	Lucas do Rio Verde/MT - Campinorte /GO (883km)	2,7	Mar-14
	Estrela D'Oeste/SP – Dourados/MS (1,536 km)	1,8	-	35
	Açailândia /MA – Barcarena/PA (457 km)	1,4	-	35
Elétrico	<u>Geração</u> * *	44,5	2014-17	20-30
	<b>27,575 MW</b>			
	<u>Transmissão</u> (11 leilões)	9,1***	2011-13	30
	<b>19,658 km</b>			
Portos	16 projetos	2,765	-	35

Nota: Para portos, estima-se investimentos de USD 2,765 bi nos 16 portos a serem concedidos para o setor privado, Aproximadamente 89,21% do investimento já foi aprovado pela agência reguladora (ANTAQ)

\* Há outros 10 projetos a serem leiloados, totalizando 8,912 km

\*\*Considerando energia eólica, solar, hidrelétrica, termelétrica e biocombustíveis

\*\*\*Incluem novas linhas de transmissão e subestações





# AEROPORTO DE BRASÍLIA/DF

## Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros



**OBRA  
CONCLUÍDA**

Em cumprimento à  
Lei Eleitoral Nº 9.504/97

**Concessão**





## RESULTADOS DO 10º BALANÇO

*MINHA CASA, MINHA VIDA*

**3,4 milhões de moradias contratadas – 90% da meta**  
**2,4 milhões de moradias contratadas no MCMV 2**  
**1,7 milhão de moradias entregues**



Brasília/DF



Ananindeua/PA



# Minha Casa, Minha Vida (Energia Renovável)



Em cumprimento  
à Lei Eleitoral  
Nº 9.504/97

**AQUECIMENTO SOLAR NO  
MINHA CASA, MINHA VIDA**

Maio  
2014

Entenda quem tem direito à instalação de aquecedores solares no **Programa Minha Casa, Minha Vida**, quem pode financiar uma unidade e quem deve trocar o aparelho por outro mais novo e eficiente.

O programa garante a instalação de aquecedores solares (conforme regulamentação discutida com o setor da construção civil)



Para famílias com renda de até **R\$ 1,6 mil** (faixa 1)

Que moram em casas **têrreas**, em áreas **urbanas** e em cidades com mais de **50 mil habitantes**

Para esse grupo de **340 mil unidades**, **100%** estão sendo atendidas com o sistema de aquecimento solar



Para interessados em **adquirir** os equipamentos para suas residências, foram disponibilizados



Para **400 mil aquecedores**  
Meta de financiamento de aquecedores, por meio de linha de crédito da Caixa Econômica Federal (*Construcard*)



**População de baixa renda**

Meta de **260 mil aquecedores** reavaliada

Além de aquecimento solar, haverá **incentivo** para a troca de equipamentos antigos por outros novos e mais eficientes

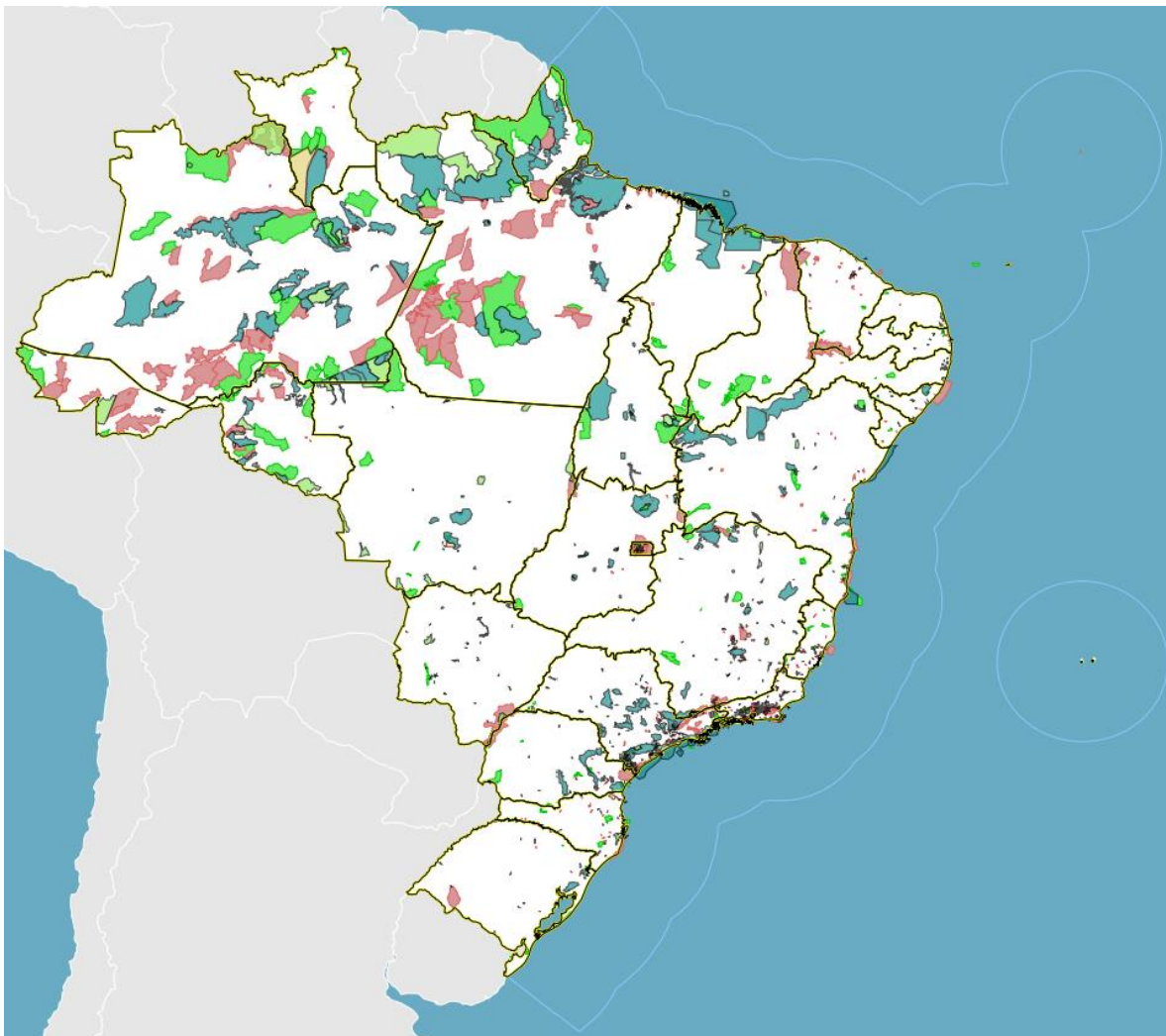
## Economia



**1,3 milhão de MWh/ano** foi a economia gerada pelas ações desenvolvidas na área de energia até **março de 2014**

Esse valor é equivalente à energia total que será gerada pela Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (RO)





	UCs municipais de uso sustentável
	UCs municipais de proteção integral
	UCs estaduais de uso sustentável
	UCs estaduais de proteção integral
	UCs federais de uso sustentável
	UCs federais de proteção integral
	Brasil
	Países do mundo
	Zona Econômica Exclusiva Marinha

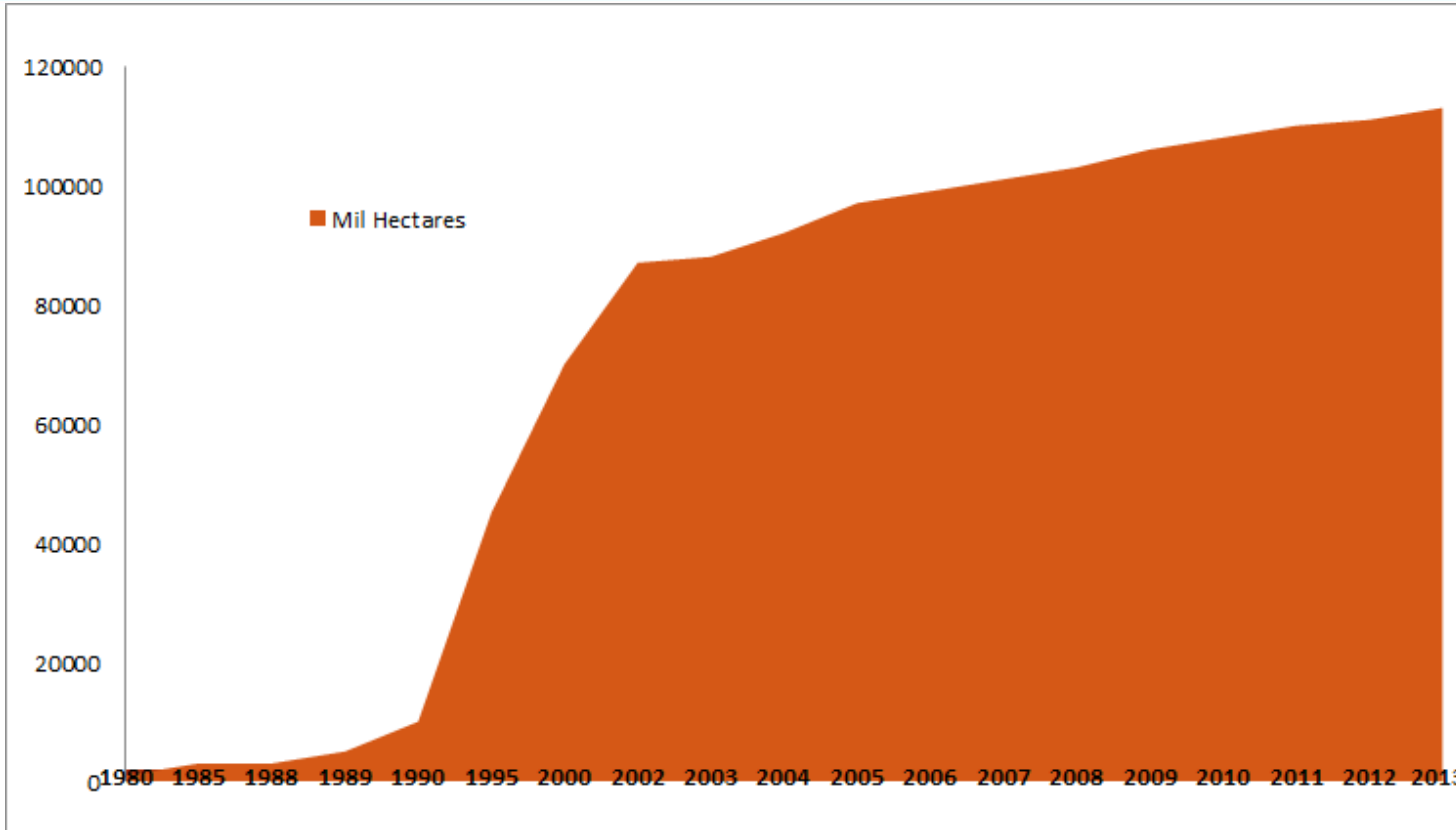
Área continental = 8.514.877 km<sup>2</sup>  
Áreas protegidas = 1.442.685 km<sup>2</sup>  
**(16,94% do território continental)**

Área da Marinha<sup>\*\*</sup>: 3.555.796 km<sup>2</sup>  
Áreas protegidas: 52.304 km<sup>2</sup>  
**(1,5% do território de marinha)**

<sup>\*\*</sup> Área Marinha corresponde ao Mar Territorial mais a Zona Econômica Exclusiva (ZEE)



# Demarcação de Terras Indígenas



A constituição de 1988 apresenta-se como um marco histórico para demarcação de terras indígenas;

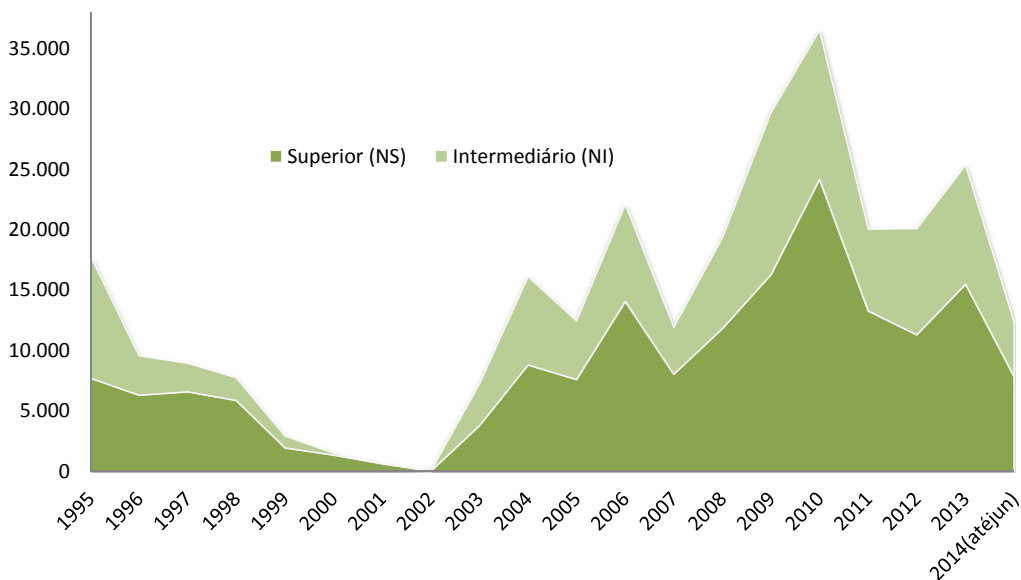
No período de 2003 a 2013 foram homologados aproximadamente 21 milhões de ha (saltou de aproximadamente 90 milhões em 2003 para algo em torno de 111 milhões de ha em 2013), área maior que o estado do Paraná. **Hoje as TIs ocupam aproximadamente 13% do território brasileiro.**



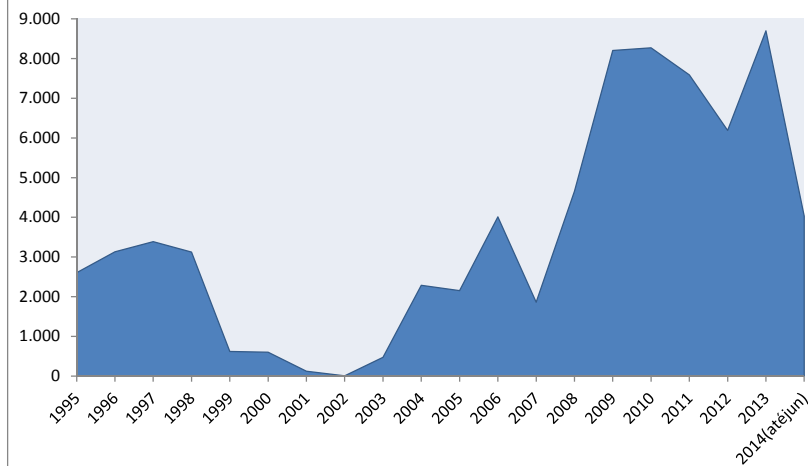
# Reestruturação do Estado (CONCURSO PÚBLICO)



### Ingressantes no Serviço Público Federal (concurso público)



### Concurso Público para Professor (Gov. Federal)



Fortaleceu-se nos últimos 12 anos a capacidade de planejamento e execução do Governo com a criação de novas carreiras [EX: ATPS – Analista Técnico de Políticas Sociais (Brasil Sem Miséria) e AIE – Analista de Infraestrutura (PAC)] e o fortalecimento dos quadros existentes (reestruturação salarial das carreiras do Ciclo de Gestão e das Agências Reguladoras) em 2008.





- Limite superior para remanejamento orçamentário para o PAC
- **Transferências obrigatórias para Estados e Munic.** em obras do PAC, com liberação do CAUC
- **Criação da carreira de analistas de infraestrutura**
- **Não contingenciamento dos recursos do PAC**
- Criação de grupo especial da AGU para acompanhar processos judiciais relativos ao PAC
- **Eliminação de exigência de titularidade da terra** para início de obra
- Criação de linha de financiamento para contrapartida dos estados e municípios
- **Redução da TJLP e redução dos Spreads do BNDES para Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Urbano**
- Desoneração de obras de infraestrutura - REIDI - Lei 11.488/07
- Desoneração dos Fundos de Investimento em Infraestrutura - Lei 11.488/07
- Ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento e habitação - Lei 11.537/2007 e Res. CMN 4.270/2013
- Criação do Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura - Lei 11.478/2007 e IN CVM 460/2007
- Criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura com recursos do FGTS - Lei 11.491/2007
- Elevação da Liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) - Lei 11.478/2007.
- Lei do Gás Natural - Lei 11.909/2009 e Decreto 7.382/2010
- **Marco Regulatório para o Setor de Saneamento** - Lei 11.445/2007
- Abertura do Mercado de Resseguros - Lei Complementar 126/2007



- Reestruturação das áreas de planejamento, projetos e gestão - **Criação da EPL**, do Conaero e do Conaportos
- **Licitação – Criação do RDC**, extensão ao PAC e simplificação da análise de projeto elaborado pelas empresas
- Simplificação dos procedimentos de contratação e pagamento
- Aferição de medições de obras, pela Caixa, em apenas 3 etapas
- Simplificação de transferências para prevenção e enfrentamento de desastres naturais e acessos portuários
- **Aperfeiçoamento dos modelos de regulação** – Rodovias, Ferrovias, Aeroportos, Portos e Irrigação
- Licenciamento ambiental – prazo para órgão ambiental analisar os estudos entregues, restrição de estudos complementares, etc.
- Regulamentação do Artigo 23 da Constituição – normas para a cooperação entre entes federados nas ações administrativas decorrentes do exercício de competência comum
- **Possibilidade de aporte em PPP's** durante a obra
- Regulamentação por decreto de orçamento de obras públicas, revisão e atualização do Sicro e do Sinapi – em andamento
- Desoneração da folha de pagamento dos setores de construção de civil e em outras em construções, de obras de acabamento e de outros serviços especializados para construção (Lei nº 12.844/2013)
- **Contratos por Desempenho** (Crema 2ª etapa, Programa Nac. de Dragagem I (Lei 11610/2007) II (Lei 12815/2013)
- Criação e regulamentação da Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias - ABGF (Decreto 7.976/2013)
- Autorização à emissão de e isenção de IRPF e IRPJ sobre **Debêntures de Infraestrutura – DI** (Leis nº 12431/2011 e 12844/2013)
- Permissão de emissão de DI's por meio de SPE's para investimentos prioritários em pesquisa, desenvolvimento e inovação (Decreto 7.603/2011)
- **Simplificação das exigências** necessárias para os **repasses de recursos a estados e municípios para ações de prevenção e enfrentamento de desastres naturais** (Portaria Interministerial nº 130/2013), e inserção das ações de prevenção no âmbito das transferências obrigatórias na abrangência do Funcap, dispensando a integralização de cotas dos entes federativos (MP 631/2013).